

O Ritual dos 500 anos: três versões de um mesmo mito 1

Rívia Ryker Bandeira de Alencar

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo examinar os diferentes discursos relacionados à Comemoração dos 500 anos de Brasil. Foram alvo de exame o discurso oficial, um de oposição militante e outro de intelectuais. Embora estes discursos tenham se desenvolvido a partir de lugares diferenciados, eles confluem em um ponto em comum: o “mito das três raças”.

Com isso é possível verificar as características inerentes dos mitos e perceber sua importância para a análise antropológica. A plasticidade dos mitos permite manifestações de vários grupos sociais. Revela o *status* de quem o narra e ainda fornece elementos para a compreensão das visões de mundo da sociedade. Outro ponto fundamental da pesquisa foi comprovar o processo silenciador na produção da história. Fato que, durante este ritual, ocorreu com um dos elementos formadores da sociedade brasileira, seguindo o “mito das três raças”.

Esta monografia é aberta com meu depoimento sobre os acontecimentos em Coroa Vermelha no dia 22 de abril de 2000. Este foi escrito livremente, pois até então a experiência não tinha se transformado em pesquisa. A pesquisa teve início de fato com o conhecimento da perspectiva de Edmund Leach (*Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, 1996) para mitos e rituais, que relato a seguir. Segue-se uma apreciação do “mito das três raças”, realizado por meio de estudos clássicos e contemporâneos sobre a identidade brasileira e relações “raciais” no Brasil.

O relatório prossegue com o exame dos discursos propriamente ditos. Para a versão oficial foi escolhido o documento “Diretrizes da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil”. Como representante da versão contrária está o “Projeto Brasil Outros 500”; e a versão dos intelectuais está em artigos publicados pelo Jornal do Brasil em cadernos específicos para o evento. Ressalvo que foram alvo de exame somente os documentos em questão.

Na parte final demonstro o embate destes discursos em Porto Seguro, realizado através de noticiários nacionais e internacionais. Também verifico os diferentes graus de

visibilidade para os atores envolvidos. Com isso desenvolvo uma discussão sobre outro mito brasileiro: o da “democracia racial”.

21 de abril de 2000.

CHEGADA EM PORTO SEGURO.

O ônibus em que eu estava demorou cerca de duas horas para entrar na cidade. Uma fila imensa de carros e ônibus esperavam para serem revistados em uma barreira policial. A medida era contra eventuais “baderneiros”, como os próprios policiais falaram. Soube de ônibus que foram proibidos de entrar em Porto Seguro, vindos da direção de Eunápolis, onde havia acampamento do MST e sindicatos.

Durante a espera na fila vi pelo menos três ônibus repletos de homens do exército com farda camuflada, usando máscaras contra gás e ostentando armas gigantescas pelo lado de fora da janela.

Chegando na barreira me deparei com uma organização que parecia contra guerra civil. Eram várias barracas do exército, com muitas armas e muitos homens enfileirados, cada um com mais broches na farda que o outro.

Pediram que os passageiros do sexo masculino descessem para serem revistados. Estávamos em um ônibus da Universidade de Brasília e tínhamos declaração que faríamos apresentações de teatro nas redondezas. Acredito que por esses motivos eles não se detiveram tanto com a gente.

Entramos em Porto Seguro quase 21:00 horas, atravessando uma réplica de cocar de índios norte-americanos com uns 6 metros de altura. A cidade estava bastante movimentada, clima de férias, carnaval, a maioria das pessoas desfilavam seus bronzeados com biquínis e sungas. As vitrines e fachadas de hotéis repletos de bonecos com penas, em uma tentativa de simbolizar os índios brasileiros.

22 de abril de 2000.

IDA À COROA VERMELHA.

Por volta das 9:00 horas saí para conhecer a Área Indígena Pataxó em Coroa Vermelha, município cerca de 15 kms de Porto Seguro. O dia estava bastante abafado e chuvoso. Estavam ocorrendo diversas reuniões indígenas, onde líderes seriam escolhidos para levar reivindicações ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, na

grande festa que começaria efetivamente à noite. No percurso para a parada de ônibus vi muitos grupos de “manifestantes” que também se dirigiam à Coroa Vermelha. As conversas em tom indignado se referiam à grande aversão aos Sem-terra, principalmente pelo governo local. Isto é, segundo eles, a barreira na entrada de Porto Seguro era principalmente para evitar que os Sem-terra invadissem a Festa dos 500 anos. Além de estarem sendo procurados pela cidade, quem fosse identificado como tal seria preso.

No ônibus, um clima de nostalgia, os passageiros “manifestantes” entoavam várias músicas da época da ditadura. O percurso foi tranqüilo, o caminho até Coroa Vermelha é repleto de “hotéis-palácios” que por si sós são cidades turísticas. Desci na primeira parada para ir caminhando até a aldeia e assim conhecer o local.

A cena da entrada de Porto Seguro se repetia, mas com uma dose maior de hostilidade. Duas filas quilométricas de policiais estavam dispostas paralelamente, guardando a pista principal do município. O local estava lotado de pessoas de diversos interesses. Pude distinguir turistas, jornalistas, entre brasileiros e estrangeiros, índios de vários grupos, “manifestantes” em geral, alguns com uniformes de sindicatos, grupos de estudantes com uniformes das Universidades provenientes e muitos adornados com bandeiras, camisas e faixas do PT. Incrivelmente um silêncio pesado pairava na ar, às vezes um burburinho tentava crescer, mas sumia de repente. Andando mais alguns metros um coro “Fora FMI” furava o silêncio, ao mesmo tempo sendo impedido por brados de soldados nervosos. Os coristas eram um grupo de aproximadamente 30 pessoas, cercadas por soldados ultra-armados que os impediam de se movimentar. Muitas pessoas que estavam assistindo à prisão coletiva tentaram se comunicar com os prisioneiros e foram duramente repreendidas.

Apesar da chuva, as armas reluziam e apareciam mais que os “manifestantes”. Resolvi me afastar daquele tumulto. Caminhando entre as filas de soldados em direção à aldeia Pataxó, me deparei com uma cena deveras peculiar: um soldado saiu da fila e se dirigiu para o meio de um grupo de índios que estava próximo, outro soldado empunhando uma máquina fotográfica indicava as poses que deveriam fazer... Uns 300 soldados à frente estava a Aldeia Pataxó. Atrás de uma cerca de arame farpado, três enormes ocas de cimento, o “Centro Cultural Pataxó” e o “Centro de Saúde”, ao redor um jardim também de cimento. Daí eu entendi o porquê do apelido tão proferido pelos

locais: “Pataxopping”. Havia várias barracas do exército espalhadas dentro da aldeia de cimento; eram onde estavam acampados os índios de outras localidades.

Estava uma confusão armada. A cerca estava fechada com muitas pessoas do lado de dentro: médicos, punks, índios, mediadores. Um avantajado homem indígena guardava a entrada com uma lança na mão e não permitia que ninguém entrasse. Estavam todos bastante agitados e foi difícil saber o que estava acontecendo. Perguntei para um menino pataxó de uns 10 anos de idade o que tinha ocorrido: ele me contou que um grupo de Sem-terra havia invadido a aldeia há pouco tempo, na tentativa de “tomar” aquela terra, agredindo quem estava pela frente.

Fiquei quase 1 hora observando a movimentação dentro e fora da aldeia. Muitas pessoas saíram, mas não foi permitido que ninguém entrasse. O guardião da porta me disse que em dias normais a cerca permanece constantemente aberta, mas aquela era uma situação de perigo. Com os ânimos mais calmos pude me aproximar de um dos “seguranças” da aldeia (todos os índios usavam uma credencial, com nome, origem e função, caso estivesse exercendo alguma). Sem mais delongas, ele me falou que desde que os “parentes” chegaram para as reuniões os Sem-terra se aproximaram deles e afirmaram amizade, porém naquela manhã mostraram quem realmente eram, invadiram a aldeia e agrediram os índios. Por sorte os policiais estavam por ali e os acudiram. Palavras do pataxó: “esses policiais que protegem vocês, também protegem a gente”.

Chegaram alguns ônibus e os índios que estavam acampados na aldeia os ocuparam. A aldeia ficou vazia por alguns instantes, até o despontar de uma marcha que vinha do final do município. Era uma marcha liderada por índios Xavante, que portavam lanças e faixas reivindicatórias. Muitas etnias indígenas formavam a passeata, também haviam pessoas adornadas com símbolos do PT, entre outros não identificados. Acompanhei-os. Conforme a marcha seguia, os transeuntes se agregavam a ela. A chuva aumentou, mas reinava um clima de fraternidade e solidariedade que transcendia o incômodo das roupas molhadas.

Câmeras, flashes, muitas fotografias, os índios cantavam e os petistas distribuíam bandeiras do partido - a quem não queria pegar era alegado que com elas poderiam se proteger da chuva... A intenção da passeata era chegar até Porto Seguro e

entregar a carta com reivindicações preparada pelos índios às autoridades que lá estavam.

Na saída de Coroa Vermelha, o grupo de Xavantes que guiava a passeata parou de repente e se dispôs em semicírculo. Ingenuamente pensei que iriam dançar ou falar alguma coisa. Um estrondo, bomba, seguido de mais dois, cinco, incontáveis estouros. Percebi o motivo da parada da marcha: uma cavalaria, nesse momento bastante enfumaçada, vinha correndo na nossa direção. Só pude fugir, assim como muitos também fizeram, com a insuportável fumaça de gás lacrimogêneo corroendo a garganta. Fui para uma barraca de artesanato onde senhoras choravam e diziam que era culpa do Presidente, se ele não tivesse em Porto Seguro aquilo não estaria acontecendo. Um guia turístico apoiava o procedimento policial, “essa gente não tem direito de estragar nossa festa, muita gente trabalhou para a Festa dos 500 anos, eles não podem estragar! Por que eles não voltam para o lugar deles, para a terra deles?”

Voltei para a pista. Os disparos de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha estavam mais escassos. Um índio jogado no chão, deplorável e em prantos, tinha pedido de joelhos para os policiais não agirem violentamente. Em vão, passaram por cima dele e continuaram a defesa da festa. Uma revolta tomou conta de todos, discussões generalizadas, entre policiais e transeuntes, políticos, coronel e presidente da FUNAI. Muita chuva, cápsulas vazias de bombas de gás lacrimogêneo e muitos chinelos espalhados no chão -- daqueles índios que fugiram desesperados -- ornamentavam o cenário do “Descobrimento do Brasil”. Mais adiante, na direção de Coroa Vermelha algumas pessoas apanhavam de cacete. Os que se esconderam em uma pousada, eram ameaçados com gás lacrimogêneo e com os gritos do coronel-chefe da investida.

Ninguém poderia mais voltar para Coroa Vermelha e os que ficaram lá não poderiam sair, incluindo os moradores. O transporte público para Porto Seguro havia sido suspenso. Depois de muitas tentativas consegui uma carona, após a devida certificação do motorista de que eu não era do MST. Chegando em Porto Seguro, descobri que a cidade estava sitiada. O argumento era que estava muito cheia. Famílias de diversos lugares do Brasil, que haviam programado visitar Porto Seguro durante a festa dos 500 anos, perderam a viagem, e acredito que também uma parcela

do ufanismo. A maioria dos que estavam em Porto Seguro não sabia de nada o que havia acontecido em Coroa Vermelha.

Meu grupo saiu à noite pela cidade protestando contra o que havia ocorrido. Só duas pessoas, que estiveram em Coroa Vermelha, nos acompanharam. As outras foram indiferentes. Algumas admiraram sem questionar ou fizeram piadas da nossa manifestação. Após esse cortejo, fui tentar observar a Festa Oficial

Tapumes enormes impediam qualquer visão da festa. As pessoas que gostariam de entrar, no intuito de prestigiá-la, tiveram que se contentar com os desenhos de Cabral, de índios e de caravelas nos tapumes. Porém não se contentaram e começaram a vaiar e gritar insultos, que logo foram abafados com uma queima de fogos interminável. Essa foi a única lembrança, ou melhor, os únicos momentos que o povo pode “desfrutar” da Festa dos 500 anos – reduzida a tapumes e fogos de artifício -, que para mim soaram, além de irônicos, amedrontadores, lembrando os estouros da manhã.

*

Não fui a Porto Seguro com o objetivo de observar a celebração dos 500 anos do Brasil. Estava representando a Universidade de Brasília, no projeto “A UnB e os 500 anos”, através da participação no elenco do espetáculo cênico “Mulheres Brasília – A condição feminina nos 500 anos de Brasil”, realizado pelo TRANSE – Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance. Nossas apresentações estavam programadas para acontecerem em localidades próximas a Porto Seguro.

Antes desta viagem não estava inteirada com detalhes a respeito das mobilizações relativas à Comemoração. Tinha conhecimento de informações corriqueiras, tanto de definições oficiais, quanto opositoras. Com isso, não tive uma participação ativa no evento, fui uma mera espectadora. No entanto, os acontecimentos locais apresentaram-se tão distoantes das propostas iniciais, assim como extremamente violentos, que me surtiu o desejo de produzir uma análise do evento.

Durante este mesmo semestre cursei a disciplina “Teoria Antropológica 2”, onde li a obra de Edmund Leach *Sistemas Políticos da Alta Birmânia (1996)*. A concepção de mito e ritual proposta nessa obra pareceu-me apropriada para examinar o evento dos 500 anos.

MITO E RITUAL

Para Leach (1996) mito e ritual são linguagens de argumentação. São maneiras simbólicas de afirmar direitos e *status*, por isso diferem de acordo com aqueles que os realizam. Esta perspectiva difere em alguns pontos da concepção mais promulgada na Antropologia para mito e ritual, que foi inicialmente conceituada por Malinowski.

Segundo essa concepção, mito e ritual são complementares e diferentes. O ritual reproduz a estrutura social, além de favorecer uma recordação do mito. Um necessita do outro para reforçarem-se mutuamente. Todavia, os mitos devem ser coerentes, pois os diversos elementos de uma cultura precisam estar conectados para formar um todo. Para isso, Malinowski deu ênfase no fato de que em qualquer sociedade há um sistema estrutural dominante, uma cultura e um conjunto coerente de mitos.

A assertiva de Leach difere da de Malinowski por considerar que “mito é a contrapartida do ritual; mito implica ritual, ritual implica mito, ambos são uma só e a mesma coisa” (id, p.76). Para ele o mito é a afirmação simbólica, em palavras, de acontecimentos passados, que trazem explicações para a atualidade da estrutura social. E o ritual seria essa afirmação em ação, onde o papel do antropólogo é entender o seu simbolismo.

A função do mito (ritual) é a expressão do *status* do indivíduo narrador. O mito é adaptável à situação social do mesmo e à realidade de sua comunidade. Os personagens são os mesmos, a história é a mesma, porém com uma mudança e até inversão de papéis e atribuições de acordo com a situação social (*status*) de quem o narra.

Podemos então perceber que a busca pela coerência dos mitos se mostra como um preconceito. O mito não é uma história *ipsis litteris*, com um sistema de regras; é um sistema de idéias que reflete a situação de diversas partes da sociedade; é uma representação da estrutura social tal como ela é na vida real para seus distintos atores.

Leach considera as contradições nos mitos como fundamentais, e até mais relevantes que as semelhanças. Pois a partir destas eventuais contradições têm-se a oportunidade de conhecer cada divisão da sociedade e entender as peculiaridades e predileções de cada uma, já que as contradições são na realidade os vários pontos de vista de cada situação.

Esta teoria também se difere de outro conceito clássico para mitos, o modelo de Durkheim. Um mito para possuir validade funcional, como foi explicado acima, não precisa ser tradicional: um conto de data antiga ou indefinida, onde os personagens são

deuses, ou seja, uma história sagrada, como afirmava Durkheim. Acontecimentos recentes, de vinte anos atrás, com humanos comuns como protagonistas, também são usados para explicar a realidade social dos indivíduos. Os dois tipos de mitos – tradicionais ou contemporâneos – têm o mesmo valor e o mesmo ofício, contá-los é um ‘ato ritual’ que legitima os direitos adquiridos e o atual *status* do orador.

Nas próprias palavras de Leach, o mito “é uma linguagem de argumentação, e não um coro de harmonia” (id *ibidem*, p.319). O mito não é essencialmente um instrumento de união da sociedade, com o intuito de integrar os indivíduos. Na realidade, é uma forma de compreensão da sociedade e de auto-afirmação enquanto grupo, que pode ser expresso com variações de conteúdo, mas que abarca a mesma estrutura e permite a compreensão de várias dimensões sociais.

*

Com base nessa perspectiva de Leach para mito e ritual, iniciei a pesquisa realizando uma coleta extensiva de textos impressos sobre o evento. As fontes mais utilizadas foram a Internet, jornais e revistas. Tive acesso a muitas manifestações favoráveis e contrárias à Comemoração dos 500 anos. Percebi que essa data também funcionou como palco para reivindicações de todo tipo, como um momento suscetível para que os cidadãos pudessem se expressar com mais liberdade e com mais espaço. Um momento de reflexão sobre a sociedade brasileira, uma oportunidade de reivindicar com mais legalidade que nos dias “comuns”.

A partir desse material procurei verificar quem eram os narradores e qual a proposta de seus discursos. Diferenciei partidos políticos, sociedade civil, intelectuais, Igreja Católica, Governo da Bahia, etc. Para fins de melhor aproveitamento de conteúdo elegi três grupos que se manifestaram diretamente em relação aos 500 anos com propostas distintas: um favorável à comemoração, um contrário e outro de visão distanciada.

Como discurso favorável tomei a proposta do Governo Federal através do documento “Diretrizes da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil” produzido pela Comissão Nacional que foi criada para tal data; o discurso contrário foi o “Brasil Outros 500” composto por participantes de movimentos sociais e sindicatos; e a visão distanciada que está em artigos de vários intelectuais lançados pelo Jornal do Brasil na seção “JB 500 anos – Idéias & Artigos: de Cabral a Cardoso”.

A leitura desses discursos levou-me a uma constatação: a linha que orientou tais falas foi o “mito das três raças”, isto é, a ênfase na miscigenação e nas relações estreitas entre brancos, negros e índios como elementos formadores da nação brasileira. Dessa maneira, as manifestações – negativas ou positivas – apareceram envoltas nesses elementos, exaltando os personagens que povoam o imaginário brasileiro como formadores da Nação. Assim, o direcionamento das exposições sobre os 500 anos indicou mais uma vez que a orientação nacional para lidar com questões de âmbito gerais, estão calcadas neste mito de formação, mas que como veremos mais adiante não é singular e uno.

MITO DAS TRÊS RAÇAS

É notório a importância dos elementos étnicos branco, negro e indígena para a formação da sociedade brasileira. A amálgama formada a partir desses elementos, através de suas relações sociais e pessoais, proporcionou o reconhecimento da identidade nacional como deveras peculiar em relação a outros países com experiências semelhantes. O Brasil se tornou uma sociedade mestiça e homogênea, onde não existiria preconceito “racial” e todos os indivíduos seriam, em potencial, capazes de possuírem igualdade formal, material e moral entre si (Da Matta, 1981).

Em termos gerais, este é o mito de origem da sociedade brasileira, conhecido como o “mito das três raças”. É possível notar sua presença em diversos âmbitos da sociedade, desde interpretações acadêmicas até em relações fortuitas do cotidiano. Apesar de não corresponder com precisão à realidade vivida, ele serve como uma orientação para se avaliar as relações sociais, positivas ou negativas, pois corresponde à realidade idealizada (Fry, 1995/96).

Por esses motivos, além dos citados acima, os mitos assumem um papel preponderante para a perspectiva antropológica. Eles possibilitam uma aproximação com a cosmologia da sociedade, isto é, “são sistemas ordenados de pensamento social, que consagram e expressam percepções fundamentais sobre a vida social” (Fry, 1995, p.180). Assim, os mitos estão estritamente correlacionados com a dimensão semântico-referencial da sociedade, mesmo que não correspondam a sua dimensão pragmática (Crapanzano, 1992, p.15, apud Fry, 1995/96, p.125).

Como indica Schwarcz (1992, p.7, apud Vianna, 1995, p.64.) a partir do final do século XIX os debates intelectuais reconheciam o Brasil como “um caso único e

singular de extrema miscigenação racial”. Imagem que também era confirmada pela própria imagem do país no exterior. A miscigenação era o ponto de partida para a compreensão da situação sócio-política do país. Nesse momento, autores como Nina Rodrigues, afirmavam que o destino do país seria funesto, pois o “cruzamento de raças” não permitia o progresso da nação.

Em meados dos anos 30 do século XX essa visão começou a ser modificada. Os estudos sobre as relações sociais no Brasil foram substituindo o enfoque na “raça” pelo enfoque na “cultura”. Dessa forma, a miscigenação tornou-se o ingrediente especial para a constituição do Brasil, passando então a ser proclamada como responsável pelo êxito do país.

A obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, foi o divisor de águas desses estudos. Foi um dos primeiros relatos sobre a identidade nacional, isto é, com o intuito da construção de uma identidade. Para tanto, Freyre realiza uma interpretação cultural e psicológica da vida íntima da sociedade patriarcalista, considerada por ele a formadora da nação.

Não é possível desconsiderar o lugar de voz de Gilberto Freyre para a compreensão de sua obra. Falando da posição do branco e aristocrata, Freyre faz um reelogio da colonização portuguesa, justifica sua conquista e ocupação do Brasil. Segundo ele, o encontro inicial com os índios foi em tom de confraternização, favorecendo a miscigenação. Fenômeno que se repetiu com a escravização dos africanos na sociedade. No entanto, a “superioridade técnica e militar” dos portugueses assegurou a rígida demarcação das posições sociais. Logo, a presença da intimidade era tão intensa quanto a da hierarquia.

Sendo assim, o português criou uma civilização original, miscigenada. Os problemas surgidos em seu seio não tinham origem na “mistura de raças”. Eram derivados da sociedade escravocrata. A miscigenação, que até então era sinal de agouro, abriu as portas para um horizonte de progresso. Com ela, o tipo ideal de homem moderno para os trópicos fora criado, um europeu com sangue negro e índio.

Outro estudo que abarcou as características da identidade nacional foi *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Para este autor, os males do país também não provêm da miscigenação. São oriundos da personalidade do português. Essa personalidade se apresenta tão dominante que a mistura com índios e negros não

conseguiu superá-la. Pelo contrário, argumenta que a personalidade dos negros era semelhante à dos portugueses, ou seja, plástica e maleável. O que lhes fomentavam um caráter “anti-social” que preferia os entretenimentos ao trabalho.

Nessa sociedade, as relações sociais afiguraram-se a partir da cordialidade e do personalismo. Relações que tomam formas distintas de acordo com o interlocutor, mas sempre de maneira afetiva. Característica que se tornou geral na sociedade brasileira. A cordialidade favorece a dinâmica social através da emoção, ao invés de regras sociais fixas.

Deste modo, vimos que a construção da história do Brasil está informada pelo “mito das três raças”. Embora as posições de brancos, negros e índios não fossem equivalentes na estrutura hierárquica, há referências às contribuições culturais desses três grupos. Agora, por que tal fenômeno não é perceptível em outros países com a mesma formação étnica? Como, por exemplo, o caso dos Estados Unidos? Naquele país também houve a inserção do mesmo contingente populacional, porém suas “relações raciais” diferem em grande medida das do Brasil.

Como elaborou Oracy Nogueira (1991), no Brasil a diferenciação racial é feita pela “marca”, ou seja, o fenótipo, que pode variar de acordo com a posição social do indivíduo. Enquanto nos Estados Unidos tal diferenciação é indicada pela “origem”, isto é, a descendência revela a “raça” da pessoa, que é imutável e insubordinada ao fenótipo. Essas diferentes maneiras de perceber a “raça”, postulam preconceitos diferentes em essência, que foram cunhados pelo autor de “preconceito de marca” e “preconceito de origem”.

Podemos compreender a diferenciação desses credos através da explanação de Fry (1991). O autor procura explicitar a diferença nas relações raciais do Brasil, Estados Unidos, Moçambique e Zimbábue, tendo como referência as colonizações portuguesa e britânica. Assim, foi possível aproximar Brasil e Moçambique e distingui-los dos Estados Unidos e Zimbábue.

A chave para a perceber as variedades de colonizações e consequentes relações sociais está na lógica cultural do colonizador. Como bem mostrou Sahlins (1976, apud id, p. 168) a colonização não se expressa somente por sua razão prática, que seria a usupação das riquezas nativas, mas também pela cultura do colonizador, elemento que particulariza e guia os tratamentos entre colonizadores e colonizados. Por conseguinte,

Fry frisa que o mais relevante, na verificação das relações “raciais”, é diferenciar como as lógicas culturais específicas entenderam a natureza dos povos colonizados. A partir disso é que as diferenças de tratamento podem ser justificadas.

Os britânicos, em sua experiência de colonização no Zimbábue, objetivaram distribuir seus conhecimentos paralelamente à manutenção das culturas locais. Assim, coexistiam dois mundos, o moderno dos britânicos e o tradicional dos africanos. Nessa sociedade tudo era segregado, o contato entre brancos e negros estava restrito meramente ao lugar de trabalho. Na colonização realizada em Moçambique, os portugueses enfatizaram a conversão absoluta dos africanos para sua própria cultura. Não admitiam uma “dupla cidadania” como no caso britânico. Implementaram uma sociedade de portugueses negros, mulatos e brancos, buscando banir por completo as sociedades africanas.

Com esses exemplos, Fry pode assemelhar tais diferenças com as presentes nas relações raciais do Brasil e Estados Unidos, países que passaram pelas mesmas colonizações citadas acima. Enquanto o sistema português abarcou o que viu de comum entre brancos e negros, favorecendo uma sociedade “homogênea”; o sistema britânico desde sempre ressaltou as diferenças entre os dois grupos, o que justificava a segregação entre eles.

Assim é possível compreender o alicerce histórico para o “mito das três raças”. Os princípios da colonização portuguesa impeliam a integração dos dominados, tendo como resultado inevitável uma sociedade miscigenada. O “mito das três raças”, que versa sobre os contatos iniciais entre brancos, negros e índios, prolonga-se no tempo e se torna sinônimo (com algumas variações) de outro mito brasileiro, o “mito da democracia racial”. Segundo este, miscigenação seria equivalente à democracia. Assim surge mais um elemento para a apreciação das relações raciais no Brasil.

*

Através desse histórico, vemos o mito em ação para discorrer sobre os 500 anos, quer seja para comemorar, quer para reivindicar. Para comemorar, serve como cristizador da imagem de nação homogênea e precursora da democracia racial. Nas reivindicações, salientam as mazelas passadas por aqueles que não pertencem às classes dominantes, transformados em negros e índios. Portanto, como assegurou Leach, os mitos são múltiplos, não possuem só uma versão. De acordo com quem o narra,

diferentes aspectos são ressaltados ou abafados para descrever sua própria realidade e justificar sua posição social.

Na próxima parte analiso as três versões diferenciadas que lidaram com o evento. Após as interpretações individuais, farei uma articulação entre elas e minha experiência empírica, que proporcionou mais uma descoberta etnográfica: sendo todos os discursos baseados no “mito das três raças”, os “negros” no dia da celebração, estiveram marginalizados dos eventos principais.

Neste momento a pesquisa lançou mão de um segundo apoio teórico, a obra de Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past – Power and the Production of History* (1995). No exame dos processos de construção da história, Trouillot verifica que sempre algum personagem é silenciado. Tal fato se explica porque a história oficial é circunscrita, impossibilitando a evidência de todos os envolvidos. Assim, no decorrer do processo histórico os atores podem assumir tanto o papel de protagonistas como de coadjuvantes.

A versão oficial

Com o objetivo de organizar a agenda nacional com atividades relacionadas aos 500 anos de Brasil, foi criada pelo Governo Federal a “Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil”, dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty. Este não foi o único órgão governamental responsável por esse evento, porém foi aquele que redigiu o documento com as diretrizes das comemorações.

A “Comissão Nacional” foi subdividida em Presidência, Secretaria-Executiva, Comitê Assessor, Comitê de Apoio, Comitê de Comunicação Social, Comissões Estaduais e Municipais, além de representantes e suplentes nos Poderes Executivo e Legislativo.

Essa Comissão foi constituída por Decreto Presidencial de 12 de maio de 1993 (publicado no Diário Oficial da União de 13.05.93) no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto. Porém, em 6 de fevereiro de 1996, sua constituição passou por reformulações e foi transferida para o âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

As “Diretrizes da Comissão Nacional” foram redigidas em julho de 1997. Nelas constam os argumentos e justificativas para a mobilização governamental para a

comemoração do V Centenário. são 12 itens com os títulos: *Objeto das Comemorações; A formação da nacionalidade e a cultura nacional; A participação da sociedade; As dimensões festiva, cívica, científica e cultural; A reflexão crítica e a dimensão prospectiva; A questão do “descobrimento”; As comemorações Luso-Brasileiras; A divulgação do Brasil no exterior; Os eventos comemorativos; A apresentação e o financiamento de projetos; A Comissão Nacional e os Comitês Assessores.*

Como foi dito anteriormente, o exame desse documento tem como objetivo identificar um ponto de vista sobre os 500 anos de Brasil, o das autoridades. Dentre os itens que o compõe, aqueles que denotam os argumentos *ad rem* foram escolhidos para a análise.

“O objeto das comemorações”

Nesse primeiro tópico é esclarecido o mote para as comemorações do V Centenário, “o fato da maior significação histórica para os brasileiros: a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral às costas da localidade posteriormente denominada Porto Seguro, no dia 22 de abril de 1500”. Assim, o Estado se afirma como porta-voz da sociedade brasileira. Busca despertar emoções relacionadas com essa data considerada especial. No entanto, como bem lembrou Silva (2000), o 22 de abril nem sequer é Feriado Nacional, o que traz dúvidas quanto a atribuição de ser “o fato da maior significação histórica para os brasileiros”.

Percebemos então a tentativa de criar um evento imponente, exaltar uma data que até então era esquecida e desprivilegiada. Dessa forma, a comemoração dos 500 anos aparenta ser uma arma ideológica para reafirmar a crença do Brasil como o país das benesses, “da pluralidade étnica e [d]a diversidade cultural”. Elementos que são citados como fundamentais na caracterização da sociedade brasileira, responsáveis diretos pelo nossa “originalidade”.

Segundo as diretrizes, não só o “Descobrimento” seria alvo de comemoração, apesar de ter sido “marco relevante para o início do grande processo de edificação de um novo país”. Também haveria espaço para “uma reflexão sobre os quinhentos anos de construção do país, particularmente as realizações do povo brasileiro ao longo de cinco séculos de história”.

“A Formação da Nacionalidade e a Cultura Nacional”

Prossegue a noção de Brasil pré-concebido, como um diamante bruto a ser lapidado para se transformar numa grande Nação. Como diz o documento, a atenção das comemorações voltou-se para “a inestimável herança cultural transmitida à *sociedade nascente* pela participação portuguesa, a par das contribuições das várias nações indígenas e das diversas etnias africanas, *trasladadas* para o Brasil, a partir do século XVI, no processo de *formação da nacionalidade brasileira*, proporcionando valiosos aportes ao seu enriquecimento cultural” (grifos meus).

Faço um parêntese. A constituição da sociedade brasileira não foi uma reprodução da sociedade portuguesa. Os portugueses não tinham a intenção de criar um “Novo Portugal”, como no caso da colonização britânica na América do Norte que construiu uma “Nova Inglaterra”. O advento de uma sociedade brasileira foi consequência das relações entre colonizadores e colonizados para além do plano econômico. Ademais, as várias nações indígenas e as diversas etnias africanas não foram convidadas a participar da “formação da nacionalidade brasileira”. Foram obrigadas, na condição de escravos, a servirem de mão-de-obra para uma empreitada que gerasse lucros para Portugal. Não havia uma intenção predeterminada de povoar o território e constituir um país. A utilização do termo “*trasladadas*” para explicar o surgimento dos africanos no Brasil, é o primeiro sinal dos sucessivos silenciamentos que ocorrem na (re)construção do processo histórico. Este fato corrobora a perspectiva de Trouillot (1995), que afirma que em toda narrativa histórica alguns fatos são necessariamente silenciados.

Para justificar a peculiaridade brasileira da “pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito”, o documento inspira-se na concepção de determinismo geográfico. Considera o Brasil uma “*iné dita experiência de civilização tropical*, com traços próprios e singulares” (grifo meu), isto é, continua a se afirmar que a construção do país Brasil era de certa forma planejada - uma “experiência” - e acrescenta a idéia que o meio tropical foi fundamental para sua implementação. Percebo um retorno às concepções deterministas que ditavam que as condições naturais influenciavam nas tendências pessoais e políticas. Neste caso a utilização da palavra “tropical” é orgulhosa, no sentido de recuperar a imagem do Brasil idílico, onde a amizade e a solidariedade impera.

A citação das “três raças” como formadoras da nação é o ponto preponderante para a reafirmação da peculiaridade brasileira. Os conflitos existentes entre elas, as disposições hierárquicas bem marcadas e desiguais, além das maneiras desarmônicas como ocorreram seus sincretismos e relações são suprimidos. A narrativa incute a idéia de que a união das “três raças” possuía a finalidade de construir uma “nacionalidade brasileira”, que desde sua gênese foi homogênea e suscetível de trocas culturais consideráveis.

Também foram citadas no documento as contribuições de outros povos na formação da sociedade brasileira, bem como o reconhecimento da existência de “tensões e até mesmo embates que marcaram a história do Brasil” e de “fortes desníveis econômicos e sociais” em seu vasto território. Porém nada que impedisse a “convivência relativamente pacífica” da Nação, que surpreende pela “unidade linguística e política do vasto território”. Este fato, lembra-se, novamente, foi obra dos portugueses.

“A participação da sociedade”

Órgãos públicos federais, estaduais e municipais seriam mobilizados para as comemorações, com o principal objetivo de incentivar a sociedade civil a participar de atividades comemorativas, tanto na produção quanto na realização. O intuito das diretrizes seria de “popularizar as celebrações”, abrindo espaço para eventos festivos, cívicos, científicos e culturais. Esse ponto será verificado na última parte do relatório.

“As Dimensões Cívica, Festiva, Científica e Cultural”

Os eventos festivos possuíam o intuito de permitir ao povo brasileiro “manifestar sua *justa alegria* por tão significativo Aniversário” (grifo meu). Outra oportunidade seria cedida ao povo, a de revigorar os valores cívicos: “As Comemorações do V Centenário constituem oportunidade privilegiada para a difusão do sentimento de nacionalidade”. Logo, o Brasil é essencializado como cordial, agradecido a Portugal pela sua criação e formação tão bem-sucedida.

Também consta no documento a proposta de realização de exercícios críticos em torno dos valores da cidadania e da nacionalidade. A base para os projetos científicos e culturais deveria ser o da imparcialidade, a fim de proporcionar uma análise crítica da História do Brasil. Esses sujeitos deveriam seguir os seguintes critérios: fornecer uma

interpretação contemporânea dos fatos; corrigir imprecisões ou distorções desses fatos e a divulgação de eventos históricos desconhecidos. Tal proposta vai de encontro com as assertivas que compõem o documento desde o seu início, pois como foi chamado atenção diversas ocorrências históricas são dissimuladas e silenciadas.

“A Reflexão Crítica e a Dimensão Prospectiva”

A meta da Comemoração seria realizar “uma abordagem crítica da História do Brasil”. A data de 500 anos foi escolhida para esse fim por seu caráter particular de centenário. Segundo o documento, os centenários são emblemáticos e propiciam um espaço para debate e reflexão superior aos outros aniversários. O intuito também seria o de buscar soluções para os problemas mais recorrentes da sociedade brasileira e a melhoria do futuro.

“A Questão do Descobrimento”

É admitida a possibilidade de existirem várias versões para se narrar a chegada dos portugueses nessa região. O Governo Federal escolheu tratá-la como “Descobrimento” por uma questão de diálogo com a sociedade em geral. Partindo do pressuposto que o termo faz parte da “cultura brasileira”, tratar a data de outra forma não seria adequado.

Contudo, a Comissão reconhece os questionamentos acerca deste termo, como a desconsideração das culturas autóctones preexistentes nessa região e o viés que tende ao eurocentrismo. No entanto, como a intenção do debate não é tratar esse tema, a Comissão deixa a cargo de quem quiser tentar resolvê-lo e superá-lo. (Assim, aparentemente parece haver uma contradição com a proposta anterior que visava a realização de uma visão crítica da História do Brasil. Pois, considerando que o Brasil iniciou-se a partir do “descobrimento”, o primeiro fato histórico a ser criticado e reavaliado deveria ser exatamente este).

“As Comemorações Luso-Brasileiras”

A antiga metrópole volta à cena. Agora, como parceira do Brasil, agilizando comemorações em conjunto, pois é “inegável a existência de inúmeros pontos de contato”. Novamente é evidenciado a concepção e atuação do Brasil como o país da cordialidade, onde as relações são amistosas e personalizadas.

Juntamente com o Brasil, Portugal desenvolveu atividades em diversos âmbitos da sociedade no intuito de comemorar o “Descobrimento do Brasil”. Essas atividades envolveram artistas brasileiros e portugueses e foram realizadas na Suécia, Grécia, Portugal e Brasil, como consta no documento “Comemorações das Descobertas Portuguesas”.

Essas atividades tinham o propósito de “contribuir para o fortalecimento do conhecimento mútuo e dos laços de amizade entre o Brasil e Portugal e o mundo de língua portuguesa”. Assim, colocando em detrimento as contribuições para a formação da nacionalidade citadas anteriormente, de índios e africanos, somente Portugal é considerado.

“A divulgação do Brasil no exterior”

Outro objetivo que as comemorações pretendiam alcançar era “a projeção de uma imagem correta da realidade brasileira no exterior”, como a realização dos feitos brasileiros e dos aspectos positivos do país. A Comissão não descarta a existência de contradições e aspectos negativos, afirmando não omiti-los além de mostrá-los acompanhados de projetos do Governo para o ano 2000. O objetivo era mostrar “a franqueza com que são tratados os problemas brasileiros e a inequívoca disposição da sociedade brasileira de atacar os problemas nacionais com determinação”.

Essa proposta clarifica a mudança de âmbito governamental para guiar as comemorações para o V Centenário. Nenhum órgão mais indicado a fazer representações no exterior que o próprio Ministério das Relações Exteriores. Daí explica-se a grande preocupação em cultivar uma amizade com Portugal e parabenizá-lo incansavelmente pela existência do Brasil.

“Os Eventos Comemorativos”

Dentre projetos desenvolvidos por estados e municípios, haveria projetos-marcos, de autoria da Comissão Nacional, com o propósito de atingir grande repercussão com à opinião pública, apresentando seu caráter festivo ou cívico. Esses projetos teriam espaço em Porto Seguro, “por se tratar do local do descobrimento”, e em Brasília, por ser a sede do Governo Federal. Outras cidades com valor histórico para o Brasil também seriam contempladas.

Esses projetos deveriam ser “acessíveis a virtualmente todas as faixas etárias e camadas sociais da população, de modo a envolver todo o povo brasileiro nas comemorações do V Centenário. Entre outros, serão desenvolvidos projetos como a construção de réplicas de naus da esquadra de Pedro Álvares Cabral ...” além de patentear o valor que o Governo Federal aplica às comemorações do V Centenário do Descobrimento.

Em suma: a leitura e o exame do documento “Diretrizes da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil” indica que a disposição governamental para tais comemorações foi um evento lusófono. As diretrizes foram elaboradas de modo a permitir a imagem estereotipada do Brasil como país da cordialidade e pacifismo. Sobretudo, acontecimentos imprescindíveis da história do país são omitidos ou amenizados. Dessa forma, é permitido um elo forte com Portugal, o ator que mais recebe os méritos pelos 500 anos de Brasil, em detrimento das colaborações de outros grupos, que as próprias diretrizes citaram, como os índios e africanos.

O documento está repleto de aparentes incongruências. No entanto, reflete a posição do Estado, assumindo a função que lhe é cabível. Seu papel implica mostrar a prosperidade da nação, sobretudo em um evento que foi construído para o exterior. E para que um bom resultado fosse efetuado, as características brasileiras aspiradas por outros países, como a felicidade e a cordialidade, deveriam vir em primeiro plano.

A versão contrária

O Projeto Brasil Outros 500 explica sua própria existência. É composto dos seguintes itens: *O que é o Projeto Brasil Outros 500? Como será registrado este trabalho? Por que Brasil Outros 500? Objetivos gerais do projeto; Como será desenvolvido o Brasil Outros 500? Cronograma do Projeto; Eixos centrais do site; Proposta de estruturação inicial do site; Viabilização financeira do projeto e Retorno para as entidades participantes.* Assim como foi feito com a versão oficial, somente os argumentos que contenham aspectos relevantes para análise do discurso serão analisados.

“O que é o Projeto Brasil Outros 500?”

Realizado por entidades associadas ao movimento social, o projeto foi gerado por “um sentimento de necessidade de contar a história do povo brasileiro, a partir dele mesmo, ou ainda propor um espaço, na qual a sociedade consiga realmente enxergar as suas histórias de vidas e de seus antepassados da forma como ela realmente acontece ou aconteceu, pela perspectiva da maioria da população, e não somente pela história oficial da classe dominante, ou ainda de ‘uma fatia de sociedade que deu certo’”. Com isso é demonstrado que a base de sua mobilização é criticar a postura governamental em relação aos 500 anos de Brasil.

“Como será registrado este trabalho?”

Através da Internet, “a maior rede de comunicação mundial”, seria disponibilizado um *site* contendo textos e imagens sobre a história do Brasil. Sua função seria de contraposição direta ao discurso oficial “Brasil 500 anos”, onde as duas visões seriam diferenciadas a fim de permitir à sociedade uma oportunidade de conhecer a perspectiva do movimento social.

A idéia de vincular um *site* com essas características é tomado como vanguarda e muitas esperanças são depositadas nessa investida. “Ganhará ainda maior dimensão por conta da *pluralidade de intervenção na sociedade* que tem seus possíveis parceiros” (grifo meu). A proposta de contar a história dos 500 anos com um “ajuste de foco”, privilegiando a “visão das maiorias, que foram e continuam sendo minorias nas representações oficiais e conquistas de direitos” provocaria um levante das entidades representativas de grupos excluídos e assim o projeto receberia um grande apoio.

A utilização da Internet como um centro difusor do projeto se mostra uma faca de dois gumes. Seu alcance fenomenal só pode ser considerado para aqueles que possuem acesso à ela. É possível que muitas entidades representativas poderiam conhecer o projeto a partir da Internet, porém também se deveria contar que o acesso a este veículo de comunicação e informação é bastante limitado. Dessa forma, o projeto no intuito de congrega o maior número de entidades poderia, de certa maneira, excluir a população em geral.

“Por que Brasil Outros 500?”

É um contraponto explícito às manifestações governamentais “Brasil 500 anos”, que pregava, segundo o próprio Brasil Outros 500 cita, “... um olhar sobre o passado

moldado por um projeto comum de futuro: *A um passo do próximo milênio, o Brasil completa 500 anos de olho no futuro, mobilizado pelo desejo coletivo de construir um país cada vez melhor.*” Assim, o projeto quer revelar como um plano de dominação político e social da elite sobre a sociedade em geral se deu.

O projeto critica a postura do Governo de divulgar o “descobrimento” em 1500, pois, segundo ele, é sabido que outros europeus já conheciam essas terras. O projeto também chama a atenção para o vício governamental de considerar o Brasil como país desde o 22 de abril de 1500, já que só foi formalmente constituído com tal em 1822. O projeto Brasil Outros 500 considera que esse ponto de vista enterra o “passado (passado?) de exploração colonial, apresentado como soma de ‘*talentos, valores e origens*’, como a formação de uma cultura e um povo”. Dessa forma, o governo estaria negando o genocídio dos índios e a escravização dos africanos pelos europeus, acontecimentos que são citados como sendo os mais relevantes desse período. O projeto Brasil Outros 500 recrimina a declaração oficial que trata portugueses, índios e africanos como “*povos que contribuíram para a formação da nação brasileira*”, pois o contato real gerou violência, exploração, e como não deixam de sublinhar, resistência. A interpretação que faz do mito das “três raças” não realça as contribuições do plano cultural como fez a Comissão Nacional. Aqui se sublinha as forças combativas que foram desenvolvidas a partir do contato desses três elementos.

O projeto Brasil Outros 500 condena o Governo por minimizar e silenciar os acontecimentos históricos e avalia que esse procedimento justifica a dominação atual. A partir dessas constatações o Brasil Outros 500 foi criado, com o intuito de “questiona[r] as comemorações oficiais e as representações do passado nela contidas” e deixar transparecer a história de luta dos oprimidos.

No entremeio dessas duas versões deixo uma questão em aberto: seria o Brasil Outros 500 um movimento de mera oposição? Isto é, já que admite ser o contraponto *para* a versão oficial Brasil 500 anos, ele existiria se não houvesse essa mobilização governamental? Em outras palavras, haveria esse espaço para o resgate da história das minorias excluindo o papel de movimento opositor ao governo?

“Objetivos Gerais do Projeto”

O projeto tinha os seguintes objetivos: conceber um relato da história do Brasil onde seriam acentuados os fatos geralmente silenciados, como “as lutas sociais e suas

transformações, agruras e conquistas”; identificar os agentes destes fatos e buscar sua identidade histórica; divulgar os movimentos sociais neste espaço de tempo juntamente com suas contribuições para a produção de uma diferente perspectiva para a história do Brasil; criar um Banco de Dados sobre os 500 anos passados para referência da sociedade em geral e opor-se ao “discurso oficial e ufanista desse período da história com uma *outra* [versão] da história do Brasil”.

“Como será desenvolvido o Brasil Outros 500?”

Formado pelos: Conselho Editorial - composto de dirigentes de entidades e personalidades (o projeto não citam quais são), seria o grupo responsável em aprovar os conteúdos do *site*; a Coordenação Operacional – encarregada de disponibilizar material e implementar eventos concomitantes ao desenvolvimento do *site*; e a Equipe de Desenvolvimento - constituída por historiadores, fotógrafos, artes finalistas, *webdesigners*, estudantes e pesquisadores, em articulação com a Coordenação Operacional a fim de garantir e efetivar o projeto.

A construção dos eventos e conteúdos foram de certa forma abrangentes na sociedade. Como foi mencionado, houve uma propensão a elaboração dos conteúdos e atividades em equipes compostas por representantes de diversos segmentos da sociedade. Isso indica a maior probabilidade de êxito para qualquer empreendimento que pretenda atingir vários grupos sociais.

Apesar do projeto citar “uma série de atividades e desdobramentos referentes ao tema”, como distribuição de material didático para a população em geral, enfatizou os “debates virtuais em salas de *chat*” que estariam disponíveis no *site* sempre com um convidado para o debate. Fica a pergunta: e aqueles indivíduos interessados em participar desses debates e discussões que não possuísem acesso à Internet?

“Eixos Centrais do *Site*”

Com a finalidade de ir “na contra-corrente dos discursos ufanistas que inundam os meios de comunicação nas comemorações dos 500 anos do que dizem ser o ‘descobrimento do Brasil’” o *site* foi organizado a partir de dois eixos de reflexão. O primeiro estaria voltado para o aspecto econômico da América através dos 500 anos, pois seriam “os pólos explicativos fundamentais para o entendimento das determinantes históricas da profunda desigualdade social vigente na sociedade brasileira atual”.

O segundo eixo faria análises sobre “as formas de resistência dos setores explorados à dominação” fornecendo relatos de revoltas e movimentos sociais. Esses eixos seriam complementados por estudos sobre o “caráter de classe do Estado e a natureza socialmente dirigida de suas políticas públicas, inclusive nacionais de unidade e convivência harmoniosa da totalidade imaginária do ‘povo brasileiro’”.

Podemos perceber nessa visão a tentativa de trazer à tona a temática silenciada pelo discurso oficial. Dessa forma, sublinham os papéis históricos dos oprimidos indo além do Brasil Colônia. O projeto abre espaço para que mulheres, camponeses, sindicalistas, estudantes, além dos índios e negros, exerçam seu papel de transformador social. Como citam no *link* “Brasil: 500 anos de quê?”, o projeto Brasil Outros 500 produziu a Marcha Indígena 2000 – Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular”, que foi considerado a maior representação opositora no dia 22 de abril de 2000.

A versão dos intelectuais

Durante as cinco semanas precedentes ao 22 de abril de 2000, o Jornal do Brasil publicou uma série de cadernos especiais, sob o título “Brasil 500 anos: de Cabral a Cardoso” com artigos de intelectuais sobre a trajetória histórica do Brasil, ultrapassando as questões relacionadas ao “descobrimento”. Cada caderno trazia artigos correspondentes a um tema específico. Foram eles: *Descobrimento?; O outro; Identidade; Brasil Negro e Outros 500*.

Dentre estes cadernos escolhi os artigos que tratam mais diretamente das relações sociais no Brasil-colônia e depois. É importante sublinhar que não é objetivo desta pesquisa analisar em minúcias o conteúdo dos artigos. A proposta é verificar que assuntos foram tratados para notar os mais recorrentes e dessa forma fornecer mais uma visão sobre os 500 anos do Brasil, digamos, mais crítica, sem engajamento de cicerone ou militante. Por esse motivo o último caderno, *Outros 500*, não foi alvo de reflexão.

No caderno *Descobrimento?* o artigo “Um descobrimento suspeito” de Ronaldo Vainfas (Professor titular de História Moderna da UFF) discute as teses de causalidade e intencionalidade para a chegada dos portugueses nessas terras que viriam se chamar Brasil. Chama atenção para a realidade de 1500 que não traduzia o país como uma nação do futuro, mas era “tão somente uma costa mal divisada, e que a custo foi

ocupada para servir aos portugueses na carreira da Índia e fornecer o ‘pau e cor abrasada e vermelha’ para a Europa”.

Descreve as relações violentas entre os habitantes nativos e estrangeiros que eram praxe. Com a exploração do pau-brasil e a procura por outras riquezas, as relações de amizade e inimizade ficaram completamente maleáveis. É com essa imagem que Vainfas percebe o início do Brasil: “uns contra os outros, os outros contra os uns. Quase se poderia dizer: cada um por si e Deus contra todos. Uma guerra desse tipo só poderia ficar sem vencedor”.

Neste mesmo caderno “A ótica dos colonizadores” de John M. Monteiro traz uma questão interessante à discussão. Os primeiros relatos sobre o Brasil só foram feitos a partir do século 16 e portanto, o que é lido a respeito das relações nativos e colonizadores equivale a mais de dois séculos de contato. Dessa forma, a postura de ambas as partes já havia sofrido inúmeras transformações e os índios passaram a ser apresentados como fantoches que seguiam sem questionar os mandamentos dos portugueses. O autor indica que os estudos de etnohistória começam a modificar essa concepção e provêm uma imagem mais eloqüente da participação ativa das populações indígenas em contato com os europeus.

No caderno *O outro* é explorado a experiência da alteridade e como ela foi modificada a partir de então. Maria Regina Celestino de Almeida (Departamento de História - UFF) em “O nativo torna-se índio” indica inicialmente a homogeneização dos diversos grupos nativos, que passaram a ser chamados genericamente de índios pelos europeus. Porém seu objetivo é mostrar que de passivos eles não tinham nada. A partir das alianças feitas com portugueses e franceses, ajudaram-nos a conquistar o território para defender seus interesses próprios. Essa visão permite uma modificação da história indígena e propõe outro entendimento sobre as interações no Brasil Colônia. A generalização dos grupos pode ser vista hoje como um instrumento de defesa e através dela, as tradições puderam ser reavaliadas, permitindo a sobrevivência no mundo colonial.

“Destino impresso na cor da pele” de Marina de Mello e Souza (Doutora em História pela UFF) trata da grande diversidade étnica dos africanos que foram escravizados no Brasil. Desde sempre esses costumes diversos estiveram misturados aos de outros grupos, isto é, o Brasil foi mestiço desde seu início. A autora sugere que a

compreensão dos processos históricos e das variadas formações culturais poderiam trazer maior igualdade entre as pessoas de cores diferentes.

Em “Ah! Se tivessem sido os holandeses...” Fritz Utzeri critica aqueles que colocam o Brasil como inferior a outros países com experiências de colonização diferentes. Para ele o Brasil é melhor mesmo tendo sido colonizado pelos portugueses, pois assim, juntamente com índios e negros, se transformou num país peculiar e caloroso. Ironicamente, pergunta que inveja temos do Suriname ou da Indonésia, que foram colonizados pelos holandeses. Dessa forma, conclui que os problemas por que passam as pós-colônias foram resultados do colonialismo em si e não da etnia que o fez.

No caderno *Identidade* a discussão foi em torno da formação do Brasil. O artigo de Lucia Lippi Oliveira (Socióloga, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV), “Nas comemorações, duas visões opostas” discorre sobre o objetivo das manifestações acerca dos 500 anos. Segundo ela, as tradições reais ou inventadas são utilizadas para uma (re)constituição de solidariedade coletiva. Os trabalhos produzidos no meio acadêmico são aqueles que questionam, complexificam e analisam os mitos, a memória e a história do país. Os simbólicos, ou ideológicos, são os que fabricam as manifestações, a favor ou contrárias, e para tanto reforçam os mitos. Oliveira atenta para o caráter dos mitos, que não são falsos ou verdadeiros, no auxílio à produção da solidariedade social e viabilizar projetos coletivos.

“Nacionalismo romântico–tropical” de Lilia Moritz Schwarz (Professora de Antropologia da USP) elucida a construção da imagem da nação brasileira a partir da natureza. Na época do Brasil Império, o pensamento sobre nacionalidade implicava em excentricidades. Como o Brasil não se enquadrava nesse sistema apelou-se para o exótico com a finalidade de recuperar e idealizar um modelo nacional. Sendo ao mesmo tempo representante da elite nobre de Portugal e mantenedor do escravismo, o Império necessitava criar discursos que iluminassem a primeira característica e obscurecessem a segunda. Dessa forma, formulou-se uma história contínua e pacífica com a participação direta dos índios, que simbolizavam bravura e sacrifício.

Ângela de Castro Gomes (Professora de História do Brasil da UFF) em “O projeto modernista” fala do empenho que vários grupos, países, congregações, etc., dispensam com o objetivo de alcançar a modernidade, palavra que em cada contexto

possui uma conotação própria e por esse motivo não se pode medir avanços comparando lugares diferentes. Assim, descreve o projeto modernista brasileiro que pretendia fazer o país tornar-se desenvolvido e civilizado, ultrapassando seu atraso inerente.

“A contribuição das esquerdas brasileiras” de Daniel Aarão Reis Filho (professor de História Contemporânea da UFF) mostra o papel alternativo das esquerdas em relação às classes dominantes. Mostra como foi o desenvolvimento de seus partidos políticos e as atuações em vários períodos da história brasileira. No artigo “Invenção de um país festivo”, Martha Abreu (Professora de História da UFF) explica como foi modificado o ponto de vista das classes dominantes em relação às festas populares. A modificação foi tamanha que, de profanas, se transformaram em símbolo nacional, como o samba.

Marcos Luiz Bretas (Professor de História da UFRJ) em “Homem cordial e violento” procura transcender a expressão homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda para decifrar o comportamento do brasileiro. Conclui que a cordialidade traz na sua essência a violência. Utiliza a abolição como exemplo: o país recebeu as honras pela libertação do negro, porém essa liberdade não modificou sua condição deplorável, continuou a viver na miséria. Assim como a ideologia que impera no Brasil para o tratamento de corruptos: roubou deve ser preso, mas se for amigo o erro é relevado.

O caderno *Brasil Negro* busca desfazer estereótipos relacionados à história da escravidão e traz novas perspectivas sobre a inserção do negro numa sociedade preconceituosa. “Guerra e paz entre os escravos” de Manolo Florentino (Professor de História da UFRJ) mostra que o êxito da escravidão se deu por conta de uma alternativa de sobrevivência dos africanos. Foi imperativo que os inimigos tribais se unissem para lutarem contra os portugueses. “A vida cotidiana na senzala” de Sheila de Castro Faria (Professora de História da UFRJ) contesta a idéia de promiscuidade dos negros. Descreve suas relações maritais e familiares e mostra como puderam reelaborar suas condições de vida a partir de sua herança cultural. Assim conclui que os escravos foram ativos e agentes de sua própria história.

Hebe Maria Mattos de Castro (Professora de História da UFF) em “O que comemorar no 13 de maio” argumenta a favor da comemoração da abolição da escravatura. Com ela o negro recebeu igualdade civil, mesmo que não tenha sido

efetivada, além da enorme mobilização que a proporcionou. Por isso, deve ser motivo de orgulho e celebração. O texto “Movimento Abolicionista” de Maria Helena Pereira Toledo Machado (Professora de História da USP), surge como um complemento ao anterior. Para a autora, o movimento abolicionista não deve ser visto somente como um projeto da elite. Foi nele que houve a primeira aparição dos excluídos na cena política brasileira, o primeiro a unir milhares de despossuídos em prol de lemas gerais. Daí a sua enorme importância.

Em “Desigualdades ainda imperam”, Ivanir dos Santos (Pedagogo, presidente do CEAP – Centro de articulação de populações marginalizadas) cita o trajeto reivindicatório dos negros mostrando que nunca foram passivos em relação aos brancos. Fornece um panorama das mobilizações em prol das causas negras e expõe que o grande problema é a dificuldade de se conviver com a diversidade cultural e étnica. Para a ele a sociedade brasileira precisa superar o atraso causado pela “invisibilidade social” imposta aos negros.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (Professor de Sociologia da USP) em “Negros, estrangeiros no Brasil” reflete sobre a mudança de ponto de vista no tratamento de origens étnicas diferenciadas. Indica ocorrer uma mudança no Brasil que considera um grande avanço, de nação mestiça está caminhando para ser uma nação multirracial.

Esses artigos fornecem um panorama da história do Brasil buscando transformar visões monolíticas da construção do país. Mesmo partindo do princípio do mito das “três raças”, mostram cada elemento com seu papel histórico bem definido e ultrapassam as questões culturais ou econômicas, como foram vistas anteriormente. Mostram a ação social destes atores, no sentido de construir uma sociedade a partir de modos de sobrevivência dentro de um sistema opressor.

Porto Seguro - 22 de abril de 2000

Como foi visto, o aniversário de 500 anos do Brasil gerou tanto comemorações festivas como manifestações de protesto de várias esferas da sociedade. Foi possível observar que as atuações dos atores na “História” exaltada neste evento variam de acordo com a posição social do locutor, ou seja, foi contada em versões diferentes para gerar benefícios localizados. Comemorou-se ou manifestou-se de acordo com o *status*. A narrativa de cada grupo foi coerente porém relativa, pois cada um se legitimou

depreciando outros, confirmando a perspectiva de Edmund Leach (1996) para mitos e rituais.

Assim, tomo o evento dos 500 anos como um ritual, onde a ordem social é reafirmada simbolicamente e as relações do cotidiano são realçadas. As contradições e incongruências nas versões citadas são fundamentais para a compreensão dos costumes e hábitos nas relações sociais do Brasil; elas validam os direitos adquiridos no decorrer da história ou indicam a necessidade de reparações.

Com isso, proponho agora uma aproximação entre essas diferentes versões no dia 22 de abril de 2000. Os acontecimentos serão descritos de acordo com as notícias em tempo real dos jornais “CorreioWeb”, “Jornal Digital.com” e do *link* “Marcha Indígena 2000” no *site* “Brasil Outros 500”.

O Exército brasileiro controla as entradas de Porto Seguro 02h40m 22/04/2000. Esta é a primeira manchete saída pelo “Jornal Digital.com” sobre o “Dia do descobrimento”:

Mais de cinco mil soldados do Exército controlam por terra, ar e mar as entradas da cidade. Sexta-feira à noite, os engarrafamentos nas entradas entre Porto Seguro com praias paradisíacas se estenderam por quilômetros. Turistas, jornalistas e habitantes da cidade são tão suspeitos quanto os índios, estudantes, sindicalistas ou agricultores Sem Terra.

O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), José Dirceu, declarou sexta-feira para a AFP que o governo não deve proibir esta manifestação democrática que prevê reunir mais de 15 mil pessoas. “Não vamos interferir na cerimônia oficial, como argumenta o governo. Por nossa parte não haverá enfrentamento. As manifestações fazem parte da democracia e o governo não pode impedir que nos expressemos livremente”, explicou Dirceu.

O presidente Fernando Henrique Cardoso chega às 11h30 locais ao aeroporto de Porto Seguro. O temor de violentos atos de protesto obrigou a todos a mudarem a agenda oficial e finalmente o mandatário permanecerá na cidade só seis horas acompanhado por seu homólogo português Jorge Sampaio.

A manchete do CorreioWeb, *Porto Seguro sitiada*, também relata a tentativa governamental de cercear movimentos diferentes aos seus:

09:15 Todas as entradas de acesso a Porto Seguro estão bloqueadas pelo exército, de acordo com informações não oficiais. Turistas, representantes de movimentos sociais, estudantes, ninguém terá permissão para entrar na cidade.

Com isso, vemos que a versão oficial teve como objetivo ser única e legítima. A versão opositora se apresentou desde o início como contraponto à ela, que como vimos, ostentou seu papel de União procurando representar “o povo brasileiro” e mostrar “sua justa alegria” pelo aniversário do país. Dessa forma a tentativa de abafar os movimentos opositores não foge às diretrizes propostas pela Comissão Nacional.

Abaixo há uma reprodução das manchetes do CorreioWeb referentes ao dia 22 de abril de 2000. Nelas pode-se perceber o grau de conflito gerado pelo contato entre as duas versões discrepantes:

Polícia detêm manifestantes perto de Coroa Vermelha

Sem Terra força entrada em Porto Seguro pela mata

Índio é agredido por policiais militares

Índios e membros de movimentos entram em confronto com a Polícia

Presidente pode deixar de participar de comemorações dos 500 anos

Presidente lamenta manifestações e cancela ida à Coroa vermelha

Coronel afirma que impedirá manifestações em Porto Seguro

Notícias que são complementadas com os informes do *link* “Marcha Indígena 2000” no *site* “Brasil Outros 500” sobre este mesmo dia:

10:00 – Manifestantes são retidos a caminho de Porto Seguro

Continua uma forte pressão contra os manifestantes que seguem para Porto Seguro para protestar contra a festa oficial dos 500 anos. Ônibus estão retidos em barreiras, helicópteros monitoram do céu, até mesmo turistas que iam para a festa oficial estão presos no caminho. O objetivo final é não permitir “constrangimentos”, segundo versão oficial, ao presidente que deverá ir a Porto Seguro ainda agora pela manhã.

10:30 – Manifestantes presos

Cerca de 30 manifestantes do MST que tentaram “forçar” a barreira para chegar a Porto Seguro foram presos pela polícia. Polícia afirma que não vai permitir atos do MST

11:00 – Polícia não atende a comissão

Ontem à noite, comissão de personalidades do movimento social(...)procurou o comando da Polícia Militar na região de Porto Seguro, tentando obter informações a respeito dos presos e solicitando a liberação das barreiras. Foram recebidos de forma fria pelo Comandante que disse não poder fazer nada e nem mesmo prestar informações sobre os presos e sobre as barreiras. A estratégia parece ser, a qualquer custo, evitar as manifestações.

11:30 – Presos já chegam a 150

Segundo informações que acabam de chegar de Porto Seguro, já chegam a quase 150 os presos na região de Porto Seguro. O clima é quase que de guerra por parte das forças policiais na região.

12:00 – Decisão da comunidade indígena irrita governo

Notícia, divulgada ontem [21.04.2000], de que os índios não iriam ao encontro com FHC hoje deixou o governo extremamente irritado. O fato de não quererem se encontrar com o presidente no dia de hoje passa aos correspondentes estrangeiros o descontentamento com a versão oficial para as festividades.

12:30 – Polícia de choque ataca índios em Coroa Vermelha

Em Coroa Vermelha, onde estão reunidos mais de 2000 índios, o Batalhão de Choque da PM baiana acaba de fazer um ataque, extremamente agressivo aos índios, com gás lacrimogênio. A pancadaria foi grande, muitos são os feridos(...). O ataque foi feito sem motivo aparente pois os índios não estavam em situação de confronto com os PM's. Aumenta o número de prisões.

14:30 – Polícia mantém índios e sem terras como prisioneiros

Índios em Coroa Vermelha foram obrigados a retornar ao espaço da conferência indígena e estão ali, na prática como prisioneiros, visto que a polícia cerca o local e não permite deslocamentos em direção a Porto Seguro. Os presos em Coroa Vermelha foram soltos. Em Eunapólis são cerca de 3000 os sem terras na mesma condição, prisioneiros da polícia que não os deixa sair em direção a Porto Seguro e já reprimiram, violentamente, as tentativas. A estratégia é a de isolar o movimento social enquanto FHC e o presidente de Portugal estiverem no local.

Esses textos evidenciam a tentativa das autoridades de suprimir a versão opositora para os 500 anos de Brasil. No entanto, essas investidas, que acabaram se tornando violações a direitos constitucionais primordiais paradoxalmente deram mais

visibilidade aos movimentos reivindicatórios e desmoralizaram as programações oficiais.

Como mostra o documentário *Terra à Vista*, produzido por alunos de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília, o governo também feriu seriamente uma das diretrizes propostas pela Comissão Nacional no que se referia a “popularizar as celebrações” e permitir que as atividades fossem “acessíveis virtualmente a todas faixas etárias e camadas sociais da população, de modo a envolver todo o povo brasileiro nas comemorações do V Centenário”. O vídeo mostra declarações de turistas e habitantes de Porto Seguro, que gostariam de assistir à grande solenidade realizada durante à noite do dia 22, mas que foram terminantemente impedidos por não possuírem credenciais.

Não obstante, como expressaria o ditado popular, “o feitiço virou contra o feitiçeiro” e os atos radicais e anti-democráticos sobressaíram mais do que o espetáculo de naus e caravelas. Como veremos a seguir, diversos jornais nacionais e estrangeiros publicaram em suas primeiras páginas o imbróglio das Comemorações do V Centenário do Brasil.

O jornal “O Globo” relatou que “as comemorações foram marcadas por choques entre manifestantes e policiais, que deixaram um saldo de sete feridos e 140 detidos”.

Por sua vez, o jornal “Correio Braziliense” declarou “Brasil 500 anos, 160 detidos e 30 feridos”. E ainda informou que “indígenas e manifestantes foram impedidos, com balas de borracha e gás lacrimogêneo, de chegar a Porto Seguro, onde se comemoravam oficialmente os 500 anos de Brasil”.

O “Jornal do Brasil” narrou “a dolorosa marca dos 500 anos”, contabilizando que “os choques entre policiais militares e manifestantes caracterizam as festividades do Descobrimento, deixando um saldo de 65 feridos”. O Estado de São Paulo disse que “os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispensar manifestantes que tentavam se juntar às marchas de protesto em Porto Seguro”.

Os jornais internacionais apresentaram as seguintes manchetes: “Brasil comemora 500 anos reprimindo índios” declarou o francês “Le Monde Diplomatique”.

O Britânico “The Observer” considerou que “Índios lideram protestos enquanto o Brasil festeja”. E o espanhol “El País” diagnosticou as comemorações brasileiras como “Amargo quinto centenário no Brasil”.

Vimos que o movimento opositor angariou enorme repercussão, apesar de não ter podido chegar a Porto Seguro. Sendo assim, a análise das notícias mencionadas acima, bem como minha experiência empírica me levaram a uma pergunta: onde estavam os “negros” nessa celebração, enquanto grupo marginalizado e reivindicatório? Se o dia 22 de abril de 2000 funcionou como um ritual integrador do povo brasileiro, seja para comemorar ou repudiar, com os discursos embasados no mito das “três raças”, por que os negros não se fizeram presentes como os grupos indígenas, por exemplo?

Como citou o “Jornal Digital.com” em matéria do dia 21/04/2000 intitulada “Negros vão à Bahia denunciar ‘500 anos de racismo’”, as entidades representativas dessas minorias também procuraram resolver suas questões. Segue a matéria.

Como fizeram seus antepassados, quando fugiam da escravidão, um grupo de negros construiu uma paliçada de quilombo nos arredores de Porto Seguro, uma espécie de precário acampamento onde vivem cerca de 300 pessoas há uma semana. “Os vencidos de ontem são os excluídos de hoje, e a sociedade brasileira fecha os olhos para este problema. O racismo é uma realidade em nosso país. O Brasil tem que tomar posse de si mesmo, assumir que seu rosto também é negro, que nós existimos”, disseram os responsáveis do Movimento Negro Unido (MNU).

Segundo as organizações de defesa dos negros, somente 40% dos brasileiros, ou seja, 64 milhões de pessoas, assumem que têm sangue negro. Estudos das Nações Unidas demonstram que as crianças brasileiras brancas sofrem menos doenças e têm mais possibilidades de entrar em uma faculdade. “O modelo de exploração que realizaram no Brasil produziu uma divisão racial do trabalho e da riqueza, criando um verdadeiro ‘apartheid’. O Brasil tem uma dívida social e histórica com seus cidadãos negros”, acrescentaram os responsáveis do MNU.

O movimento negro vai se unir neste Sábado à manifestação de lavradores, índios, estudantes e outros movimentos sociais para denunciar “a discriminação violenta” que sofrem, mais de cem anos depois da abolição da escravidão, em 1888.

Será um protesto paralelo à celebração oficial do quinto centenário do Descobrimento do Brasil pelos portugueses, a 22 de abril de 1500.(...)

Apesar da população indígena ser de apenas 0,2% da população em geral (Ramos, 1998), conseguiu maior divulgação de seus atos. Tal fato pode ser interpretado como resultante do “mito da democracia racial”, uma variante do “mito das três raças”. Dessa forma também possui um caráter ambíguo: ao mesmo tempo que é patente no plano semântico-referencial, não corresponde ao plano pragmático.

A dimensão semântico-referencial da ideologia da democracia racial explicita o Brasil como um país onde todas as “raças” convivem pacificamente, sem preconceitos. Nessa dimensão os índios ocupam um lugar proeminente no inconsciente coletivo (id.), como os primeiros habitantes do território e precursores do Brasil em conjunto com os portugueses. Aos negros cabe a posição de “integrados” ou “assimilados”. Após a abolição da escravatura se tornaram “brasileiros”, possuindo os mesmos direitos de qualquer homem livre, independente de sua cor.

A questão da cor se mostra pertinente no exame da questão da democracia racial. A miscigenação generalizada que sempre ocorreu no Brasil, agregada à cultura da assimilação portuguesa, impossibilitou o estabelecimento de um padrão classificatório das pessoas segundo o critério de cor ou “raça”. Todavia, ergueu-se uma barreira para se reivindicar direitos a partir deste parâmetro. Com o trabalho de Simon Schwartzman “Cor, raça e origem no Brasil” (1999) esse fato pode ser melhor esclarecido.

Neste trabalho, Schwartzman expõe os resultados de um pré-teste realizado pelo IBGE, na Pesquisa Mensal de Emprego de 1998, que buscava saber como a população se identifica a partir dos critérios de cor ou “raça” (cerca de noventa mil pessoas foram entrevistadas). Foram encontradas quase 200 respostas diferentes. “Eles confirmam que, enquanto a maioria da população ‘branca’ utiliza este termos para se definir, o termo ‘preto’ é rejeitado pela maioria da população classificada nesta cor (ainda que seja a categoria predominante do grupo). A rejeição é ainda mais forte entre os ‘pardos’ e, sobretudo, os ‘indígenas’ (ainda que o número de indígenas em uma pesquisa urbana como a PME seja necessariamente muito pequeno). (...) [Os resultados mostram] ainda uma grande preferência pela expressão ‘morena’, utilizada com intensidade por todos os grupos. O termo ‘moreno’ tem uma conotação positiva, e reflete bem *o caráter difuso das linhas de divisão étnicas e raciais no Brasil.*” (id., p.3) (grifo meu).

Quadro 1 - Cor ou raça que melhor identifica a pessoa (ponderados) (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, Julho de 1998, 6 regiões metropolitanas) -

classificação IBGE							
	branca	preta	amarela	Parda	indigen a	sem resposta	Total
Total	19964334	3182368	430784	1007196	300238	205317	34155004
percentagem	58.452%	9.317%	1.261%	29.489%	0.879%	0.601%	100.000%
Respostas abertas							
branca	91.077	0.645	5.915	1.308	4.077	39.151	54.028
morena	4.866	13.948	6.188	53.975	61.729	16.139	20.778
parda	0.176	1.529	0.626	33.919	2.497	8.700	10.330
preta	0.027	44.412	0.092	0.249	0.799	1.135	4.242
negra	0.018	30.919	0.043	0.681	1.763	3.116	3.127
morena clara	1.892	0.454	1.851	5.612	7.359	1.635	2.901
amarela	0.053	0.028	82.077	0.031	0.125		1.079
mulata	0.024	2.106		1.888	1.246	1.150	0.785
clara	1.145	0.029	0.727	0.305	0.127	0.185	0.774
escura	0.004	3.215		0.200	0.545	0.705	0.370
sem resposta	0.133	0.155		0.130	0.125	26.957	0.294
morena escura	0.012	0.909	0.042	0.431	0.999	0.192	0.229
morena escuro	0.010	0.901		0.391	1.112	0.177	0.216
Brasileira	0.187	0.029	0.045	0.025		0.572	0.123
Indígena	0.001		0.132	0.009	13.901	0.094	0.128
japonesa	0.008		1.283				0.021
Outras denominações	0.369	0.721	0.979	0.847	3.596	0.094	0.557

Outras denominações com frequência reduzida (menor que 0,05%): africana, alemã, alourada, alva, amarelada, amarela clara, azul e branca, bahiana, bege, bem loura, bombom, branca amarela, branca avermelhada, branca azeda, branca brasileira, branca clara, branca escura, branca e parda, branca leite, branca média, branca morena, branca morena clara, branca ou mulata, branquinha, bronzeada, bugre, cabo verde, cabocla, cafucho, cafusa, clara branca, canela, canela escura, canelinha, castanha, castanha clara, cearense, chocolate, cinza, clara parda, claro brasileiro, clarinha, cor de canela, cor de cuia, crioulo, descascado, é difícil dizer, escura morena, escurinha, escuro Cabo Verde, encardida, francês, galega, galego branco, índia, índia negra cafusa, italiana, jambo, japonesa, latinoamericana, leite, loura, loura clara, marron, meia branca, meio termo, mel, mestiça postoca, mestiça morena clara, mestiço, mista, misturada, morena bem clara, morena branca, morena Cabo Verde, morena cabocla, morena castanha, morena cabocla, morena café, morena canela, morena clara jambo, morena jambo, morena mais para amarela, morena média, morena mestiça, morena mulata, morena normal, morena parda, morena preta, morena queimada, morena sarará, morena trigueiro, morenã, morenã café com leite, moreninha, moreninho branquinho, mulata clara, mulata escura, mulata média, mulata negra, mulatinha, negão, negra clara, negra morena, negrinho, negro pardo, neguinho, pálida, parda cabocla, parda clara, pardão, pardinha, polonesa, parda escura, parda morena, parda morena clara, parda morena escura, pelo duro, polaca, portuguesa, pouco moreno, preta negra, pretinha, roxa, ruiva, sarará, sararizada, saxão, tostada, vermelha, xitoba, zezé							
Total	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000

(id. Ibidem, p. 4).

Assim percebemos que as classificações brasileiras variam no tempo e no espaço, ou seja, há preferência em se identificar como um elemento que não sofra discriminação. Os descendentes de negros e índios procuram amenizar sua condição de minoria criando outras terminologias de identificação. Isto indica a grande permeabilidade cultural brasileira, que não deve ser desprezada.

É neste aspecto que podemos observar a dimensão pragmática da ideologia da democracia racial. O preconceito existe, é bem marcado e direcionado aos “não-brancos”. Porém se dissemina ao ser refletido na dimensão semântico-referencial, que não o comporta. Não obstante, o “mito da democracia racial”, por homogeneizar a população, impede que grupos maciços de reivindicações sejam formados em combate às discriminações.

Ainda que a democracia racial não exista na realidade, ela fornece elementos para uma observação dos tratamentos “raciais” no Brasil. Expõe o modelo ideal das relações sociais. Dessa forma, revela a aspiração da população brasileira, uma sociedade em que pessoas de todas as cores têm tratamento equitativo e não há lugar para

discriminações. Pois o preconceito não está no direito individual regido pela Constituição, está nas relações efetivas.

O evento dos 500 anos teatralizou as relações sociais do Brasil. Os fatos ocorridos nesta encenação reproduziram o início da formação do país, o embate ideológico e etnocêntrico entre europeus e índios e, adiante, o aumento desse conflito com a inserção dos africanos. O evento – na qualidade de ritual – como um microscópio, intensifica esses embates e acentua os estereótipos, viabilizando um olhar acurado sobre estes e a oportunidade de construir uma crítica sócio-antropológica desse sistema.

De qualquer forma, a proposta em comemorar ou reivindicar os 500 anos de Brasil não foi completa: o dia 22 de abril reproduziu apenas o primeiro encontro entre brancos e índios. Por esse lado é justificável terem sido brancos e índios os atores principais. Por outro omitiu os seguintes anos de história, silenciando, segundo o mito, o terceiro elemento formador da nação brasileira, o negro.

Como afirmou Trouillot (1995) qualquer narrativa histórica, ao afirmar determinados eventos, inevitavelmente silencia e despreza vários outros, pois na (re)produção histórica não há como abarcar todos os episódios ocorridos. Justamente o que ocorreu com o grupo focalizado.

Concordando com a afirmação do representante do Movimento Negro citada acima, a sociedade brasileira precisa reconhecer os problemas vividos pelos negros. Um primeiro passo seria diferenciar a *ideologia* da democracia racial da *realidade* social vivida. Com isso, se deixaria às claras as pendências existentes, que devem ser resolvidas de acordo com seu grau de litígio.

CONCLUSÃO

Os mitos são elementos fundamentais para a compreensão da cosmovisão de uma sociedade. Com eles, a realidade das relações sociais pode ser colocada em questão, além de propiciar a oportunidade de compreender os modelos ideais aspirados. Ademais, sua plasticidade inerente, que permite várias versões para um mesmo mito, favorece um olhar acurado sobre os diferentes grupos formadores da sociedade.

O exame desse evento sem precedentes evidenciou a pluralidade de versões que permeiam as narrativas sobre o imaginário nacional. O “mito das três raças” não é uno. A “identidade brasileira” tampouco. Como foi mostrado, o próprio mito admite várias

versões. Às vezes, ele é o fundamento do projeto de tornar a população brasileira homogênea; outras, simplesmente mascara a desigualdade; em outras ainda, serve como orientação para que grupos reivindicatórios baseiem propostas relativas a uma genuína “democracia racial”.

Com esses resultados foi possível notar os traços típicos atribuídos – e muitas vezes apropriados – aos três grupos étnicos mais destacados do país: na categoria dos brancos, o Estado, que toma para si o papel de porta-voz da sociedade em geral e prega o bom êxito da nação; aos índios, que apesar de constituírem apenas 0.2% da população, ocupam um lugar romantizado e proeminente no inconsciente coletivo, e por esse motivo muitas vezes alcançam grande visibilidade às suas ações; e para os negros cabe a posição de “integrados”, ou seja, a falsa concepção de que participam da sociedade brasileira eqüitativamente. A ideologia da “democracia racial” abafa o lugar reivindicatório desse grupo, que perde a legitimidade e, por consequência, ressonância. É da natureza dos mitos contar apenas uma versão da história.

*

BIBLIOGRAFIA

DA MATTA, Roberto. Relativizando – uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981. “A Fábula das Três Raças”.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRY, Peter. “Color and the Rule of Law in Brazil”. In The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America. University of Notre Dame Press, 1999.

_____. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. In Revista USP, São Paulo(28)122-135, Fevereiro 1995/96

_____. “Politicamente correto num lugar, incorreto noutra? (Relações Raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue)”. In Estudos Afro-Asiáticos. Número 21, 1991, p.167-177.

_____. “Politics, Nationality and Meanings of “Race” in Brazil”. In DAEDALUS – Journal of the American Academy of Arts and Sciences — Brazil: The Burden of the Past; The promise of Future, 2000.

_____. “Por que o Brasil é diferente?” In Times Literary Supplement, Dezembro 8, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de . Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995

LEACH, Edmund. Sistemas Políticos da Alta Birmânia. São Paulo: Edusp, 1996
NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985

RAMOS, Alcida. Indigenism: ethnic politics in Brazil. The University of Wisconsin Press, 1998

SCHWARTZMAN, Simon. “Cor, raça e origem no Brasil”. Manuscrito, 1999

SILVA, Kelly. “A Nação Cordial: notas sobre os rituais oficiais de ‘comemoração’ dos 500 anos do Brasil. Manuscrito, 2000

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silencing the Past. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995

VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.:Ed. UFRJ, 1995

OUTRAS FONTES:

JORNAIS: Jornal do Brasil – Especial 500 anos Cadernos Idéias & Artigos: de Cabral a Cardoso

Correio Web - Notícias em tempo real 500 anos
Jornal Digital.com – 500 anos

REVISTA “VEJA” 3 de maio de 2000

VÍDEO: *Terra à Vista*. Universidade Católica de Brasília, Departamento de Comunicação, 2000

SITES: www.mre.gov.br/cnvc — Documento da versão oficial
www.brasil-outros500.org.br – Documento da versão contrária